SUMÁRIO

AGRADECIMENTOS	VII
PREFÁCIO	IX
INTRODUÇÃO	1
CAPÍTULO 1 – UMA BREVE ANÁLISE SOBRE O PROCESSO DE CONHECIMENTO – O SURGIMENTO DO CONSTRUCTIVISMO LÓGICO-SEMÂNTICO	5
1.1 Da filosofia moderna ao constructivismo lógico- -semântico – evolução	6
CAPÍTULO 2 – FUNÇÃO DA LINGUAGEM	13
2.1 Direito Positivo e Ciência do Direito	13
CAPÍTULO 3 – TEORIA DAS FONTES	19
CAPÍTULO 4 – CONCEITO DE SISTEMA JURÍDICO	29
4.1 Sistema vs. Ordenamento	29
4.2 Sistema	31
	XV

LAW"	TULO 5 – OS SISTEMA JURÍDICOS "COMMON E "CIVIL LAW" – PONTOS DE APROXIMAÇÃO PARAÇÃO	41
5.1	Common law	4
5.2	Civil law	4
5.3	Da redução do distanciamento entre os sistemas – o caminho para uma jurisdição mista	48
NALI ZAÇÃ	TULO 6 – O CONTROLE DE CONSTITUCIO- DADE DAS NORMAS JURÍDICAS E A UTILI- O DE PRECEDENTES JURISPRUDENCIAIS ULANTES	53
6.1	Diferenciação entre jurisprudência e precedente	53
	6.1.1 A jurisprudência	53
	6.1.2 O precedente	59
6.2	Controle de constitucionalidade das normas – razão de decidir (ratio decidendi) dos precedentes vinculantes (binding effect) e sua vinculação (stare decisis) horizontal e vertical	62
	6.2.1 Ratio decidendi e Obiter dictum	72
	TULO 7 – TÉCNICAS DE DECLARAÇÃO DE NSTITUCIONALIDADE	7
7.1	Declaração com e sem redução do texto normativo – modulação dos efeitos	77
7.2	Declaração com e sem redução do texto normativo – interpretação da norma jurídica por omissão.	80
7.3	Declaração com e sem redução do texto normativo – declaração de inconstitucionalidade paralela.	83
7.4	Conclusão parcial	85

JOSÉ EDUARDO TELLINI TOLEDO

CAPITULO 8 – DA SUPERAÇÃO DA RAZÃO DE DECIDIR (<i>RATIO DECIDENTI</i>) – OS CONCEITOS	
DE DISTINGUISHING E OVERRULING	87
8.1 Distinguishing	87
8.2 Overruling	93
CAPÍTULO 9 – DA NATUREZA JURÍDICA DA ARBITRAGEM	97
CAPÍTULO 10 – DA NATUREZA JURÍDICA DA SENTENÇA ARBITRAL	107
CAPÍTULO 11 – DA VINCULAÇÃO VERTICAL DOS PRECEDENTES JUDICIAIS VINCULANTES NA SENTENÇA ARBITRAL	111
11.1 Da vinculação e observação dos precedentes judiciais vinculantes na (futura) arbitragem tributária	125
CAPÍTULO 12 – DA HOMOLOGAÇÃO DA SENTENÇA ARBITRAL ESTRANGEIRA – HÁ VINCULAÇÃO DOS PRECEDENTES JUDICIAIS?	131
12.1 Da sentença arbitral estrangeira	131
12.2 Da execução da sentença arbitral estrangeira	136
12.3 Das fontes do direito aplicável homologação da sentença arbitral estrangeira: observância dos precedentes judiciais vinculantes?	143
CAPÍTULO 13 – CONCLUSÃO	149
REFERÊNCIAS	165